

Dez/2022



“Uma nova CAIXA para um novo Brasil”

Sugestões para discussão no âmbito da
Equipe de Transição de Governo

Advocef

ANEAC

AudiCAIXA
Associação Nacional dos Auditores
Internos de Caixa Econômica Federal

CONTRAF

 **CONTEC**
BRASIL

 **FENAE**

 **FENAG**

**MARIA RITA
SERRANO**
Representante dos Empregados no
Conselho de Administração de CAIXA

 **SOCIALCAIXA**

À

Coordenação da Equipe de Transição do Governo Federal

Assunto: **Sugestões para discussão no âmbito da Equipe de Transição de Governo – “Uma nova CAIXA para um novo Brasil”**

Senhor(a) Coordenador(a)

1. Certos de podermos contribuir para o projeto de reconstrução do País, encaminhamos, em anexo, documento elaborado coletivamente, com o objetivo de apresentar breve registro de nossas ações de enfrentamento do sucateamento da Caixa Econômica Federal – CAIXA promovido nos últimos anos, bem como sugestões e propostas para a atuação da Empresa no novo ambiente econômico, social e político que será criado a partir da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2. Entendemos que a CAIXA pode ser um importante alicerce para a distribuição das políticas públicas, apoiando a redução da desigualdade e o crescimento e desenvolvimento econômico, mas precisa de um olhar cuidadoso em relação ao legado dos último 6 anos.
3. Esperamos que o documento em referência seja apresentado aos membros da equipe de transição responsável pela área econômica e colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Assinam o presente documento:

FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da CAIXA.

FENAG – Federação Nacional das Associações dos Gestores da CAIXA.

ADVOCEF – Associação Nacional dos Advogados da CAIXA.

ANEAC – Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da CAIXA.

AUDICAIXA - Associação Nacional dos Auditores Internos da Caixa.

SOCIALCAIXA – Associação Nacional dos Empregados da CAIXA no Trabalho Social.

CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito.

CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.

MARIA RITA SERRANO – Representante dos Empregados no Conselho de Administração da CAIXA.

UMA NOVA CAIXA PARA UM NOVO BRASIL

Desde o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a CAIXA vem sendo atacada em várias frentes, num processo perene de desmonte, com geração de resultados não operacionais decorrentes da venda de ativos, e quebra de sua sustentabilidade.

Do ponto de vista financeiro e econômico, foram efetuadas operações de descapitalização, com devolução ao Tesouro de parte dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), venda de ativos rentáveis e essenciais à atividade da empresa. Também houve a exclusão da empresa de processos competitivos para operação de loterias, redução em 50% das receitas da administração do FGTS, dentre outras operações que demonstram a clara intenção de inviabilizar e, em seguida, privatizar a empresa. Este processo inclusive acaba por reduzir o valor da empresa, alienando-a em um momento inadequado, com extrema volatilidade no preço dos ativos, para grupos econômicos de interesse específico.

A Caixa vive momento crítico relacionado à gestão do risco, especialmente o indicador de Liquidez de Curto Prazo. Segundo o Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar 3 referente ao mês de setembro/22 publicado pela Caixa no site <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital/>, a queda do indicador ultrapassou no mês de setembro/22 o ponto de alerta quando chegou a 176,02%. Seguindo a tendência, em outubro o índice chegou ao nível crítico de 152,05%, o que poderá comprometer a realização dos negócios e atividades da empresa.

Os ataques não se limitam à CAIXA. É importante salientar a tentativa explícita de inviabilização e extinção do FGTS, importante mecanismo de financiamento e fomento das áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

Em relação à gestão e governança, a empresa sofre um processo de desestruturação com a nomeação de executivos de “mercado” em evidente situação de conflito de interesse e sem a qualificação adequada. Some-se a isso um clima de perseguição de empregados com assédio moral e sexual. Há colegas que não suportaram e pediram demissão. Há casos mais graves, doenças e até suicídios. O que permeia o clima organizacional é a pressão e o medo.

Em junho de 2022, o então presidente da Caixa foi acusado de ter praticado atos de assédio sexual e moral. O caso está em investigação interna e no Ministério Público. O fato gerou ampla crise de reputação para a imagem do banco, ampliou a pressão e piorou as condições de trabalho dos empregados com impacto no atendimento à população.

Descortinando um pouco mais a política generalizada de Fake News desse governo e gestão, é relevante destacar que os tão comemorados e propagandeados resultados anuais da CAIXA entregues nos anos de 2019, 2020 e 2021 pela atual administração, apresentados com o discurso de serem

recordes e fruto de uma boa gestão, refletiam, basicamente, a venda de ativos da CAIXA, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	2019	2020	2021
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	R\$ 21,05	R\$ 13,17	R\$ 17,26
Eventos não recorrentes (R\$ bilhões)	R\$ 14,33	R\$ 4,47	R\$ 7,15
Eventos não recorrentes (%)	68,08%	33,94%	41,43%

Observe que, em média, 50,40% do resultado dos últimos três exercícios foi decorrente de eventos não recorrentes, isto é, venda de ativos da CAIXA.

Outro ponto de atenção é que a CAIXA convive com um déficit tecnológico relevante, o que é preocupante tanto para a segurança de suas operações quanto para a manutenção de seus clientes. Recursos que deveriam ser destinados aos investimentos em TI não são realizados.

Durante esse período de exceção, e diante do ataque generalizado às instituições, pelo atual governo, o enfrentamento foi realizado conjuntamente por entidades sindicais, associativas e parlamentares, por meio de denúncias junto ao TCU e Ministério Público. Há requerimentos de informação e ações judiciais, com o intuito de barrar ou ao menos retardar as ações de desmonte da CAIXA, do FGTS e da nossa democracia.

O ambiente hostil e pouco transparente criaram empecilhos e dificuldades, mas, ainda assim, entidades e parlamentares obtiveram vitórias, com sentença judicial. Foi determinada retratação do então presidente da CAIXA em relação à Fake News, por se tratar de mentiras as falas que relacionavam prejuízos da CAIXA da ordem de R\$ 46 bilhões às gestões passadas.

Diante dos novos horizontes entendemos que a CAIXA poderá atuar numa agenda transformadora nos próximos anos, contribuindo para a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico, bem como para a inclusão social e redução das desigualdades, atuando como principal braço do governo no processo de distribuição de políticas públicas, cumprindo seu papel de fomento como banco público, e ainda, financiando, por meio de seu Fundo de Responsabilidade Socioambiental, ações que envolvam cidadania, cultura e meio ambiente.

Para tanto, apresentamos propostas para discussão com a Equipe de Transição de Governo, com agenda propositiva.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO

I - Questão de máxima urgência: estrutura de Capital

A Caixa vive momento crítico relacionado à gestão do risco, especialmente o indicador de Liquidez de Curto Prazo. A Caixa adota postura prospectiva segundo os níveis de riscos que está disposta a assumir, constantes na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.

Segundo o Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar 3 referente ao mês de setembro/22 publicado pela Caixa no sítio <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital/>, a queda do indicador ultrapassou no mês de setembro/22 o ponto de alerta quando chegou a 176,02%. Seguindo a tendência, o gráfico abaixo mostra que em outubro o índice chegou ao nível crítico de 152,05%, o que poderá comprometer a realização dos negócios e atividades da empresa.

A definição do apetite por riscos pela instituição é prática importante e necessária ao suporte de uma gestão prudente e à sustentabilidade da empresa, direcionando as decisões e atividades da CAIXA, portanto, vemos a necessidade urgente de um acompanhamento por parte desta equipe de transição dos números relacionados ao risco de liquidez da Caixa, que já impactou diretamente no risco de crédito e por consequência o índice de Basileia.



risco.caixa

Ainda sobre Basileia, apesar da crise internacional de 2008 os bancos federais brasileiros mantiveram sua trajetória de crescimento. Nos anos anteriores consolidaram um aumento expressivo de sua participação no mercado de crédito no Brasil. Vinham mantendo de forma adequada seu nível de capital regulatório e sua exposição ao risco em níveis aceitáveis.

A partir de 2013, com a introdução do Basileia III, que visa reduzir riscos sistêmicos relacionados à concessão de crédito, houve a implicação de se elevar o capital dos bancos. Esse reforço no sistema financeiro após a crise dos subprimes, em especial os americanos, trouxe inclusive o conceito de capital contracíclico, que reduz a possibilidade de alavancagem das instituições financeiras.

Tendo em vista o enquadramento obrigatório no Acordo de Basileia III, a Caixa optou pela utilização da emissão de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida para incremento de seu capital próprio. Os chamados IHCD's não

possuem data de vencimento do valor principal e são efetivados por meio de contrato legal e regulamentado entre bancos públicos e União.

Como também ocorreu com outras empresas públicas, a Caixa passou por uma situação muito delicada após 2016. Diversos agentes privados, como consultores e analistas, dizendo-se a “voz do mercado”, faziam coro às declarações de políticos com papéis de destaque no governo de Michel Temer, que afirmavam ser necessário realizar uma série de mudanças na Caixa, que estaria precisando de “socorro” em função da necessidade de adequar-se às regras de capital do Acordo de Basileia III.

Na visão destes agentes de mercado, o governo não poderia aportar o capital necessário para que a Caixa pudesse se adequar ao Acordo de Basileia III, pois dizia ser necessário realizar um ajuste fiscal, com cortes de despesas de investimento e custeio. As soluções propostas por estes agentes, e colocadas em marcha pelo governo à época, significavam sacrificar parte da Caixa: passavam por tentar capitalizar a Caixa transformando-a em S.A. e, em seguida, realizando um IPO (o que faria o governo reduzir sua autonomia na empresa, e que ela passasse a se submeter aos interesses dos acionistas minoritários, podendo deixar de cumprir seu papel social em certas situações); aumentar seus lucros vendendo ativos rentáveis, como suas subsidiárias (abrindo mão da rentabilidade futura gerada por estes ativos); e cessar/reduzir a concessão de crédito (deixando de realizar o importante papel de fomentar o investimento, consumo e regular o mercado).

As operações através de bancos públicos têm por finalidade contornar a escassez de recursos do governo federal para realizar as obras. Em referência à Caixa é voltada principalmente para saneamento básico, infraestrutura e programas de moradia popular. Estes contratos possuem cláusulas de perpetuidade o que possibilita compor o patrimônio de referência do banco. São benéficos para ambas as partes, pois amplia a capacidade do banco de oferecer crédito, gerar operações com taxas subsidiadas e cumprir com a missão de ser um braço do governo nas políticas públicas. A União por outro lado recebe juros acima da taxa SELIC.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/occhi-quer-retomar-obras-do-minha-casa-minha-vida-paradas-por-falta-de/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/por-que-a-caixa-economica-precisa-de-socorro-bilionario-5ja5dz47wpj5mt535aiil2ere/>

É válido lembrar que após muita resistência e articulação dos empregados, entidades e parlamentares progressistas, a ideia de abrir o capital da Caixa foi descartada, e o plano de vender ativos encontrava dificuldades de ser executado, mas a empresa “puxou o freio” na concessão de crédito, perdendo a liderança em segmentos como o crédito para micro e pequenas empresas para os bancos privados, como pode ser visto nas tabelas a seguir, extraídas de estatísticas do Banco Central:

Instituição financeira	Código	TCB	TD	TC	SR	Segmento	Cidade	UF	Data	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Micro	Pequena	Média	Grande	Total não Individualizado Pessoa Jurídica	Total Exterior Pessoa Jurídica
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	360.305	b1	I	1		6	BRASILIA	DF	03/2016	192.732.192	45.909.183	33.324.036	57.795.284	55.668.735	34.953	0
BRADESCO	10.045	b1	C	2		199	OSASCO	SP	03/2016	263.385.132	31.334.451	29.702.836	57.428.621	38.081.572	79.417	106.758.235
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	33.657.248	b4	I	1		4	RIO DE JANEIRO	RJ	03/2016	378.369.847	26.512.776	967.817	36.778.082	314.111.173	0	0
BB	49.906	b1	C	1		199	BRASILIA	DF	03/2016	390.812.437	13.374.273	52.710.979	95.498.160	177.721.291	25.600	51.482.134
HSBC	51.152	b1	C	3		199	CURITIBA	PR	03/2016	44.830.192	6.223.117	2.163.925	11.909.682	15.929.311	4.215	8.599.942
SANTANDER	30.379	b1	C	3		199	SAO PAULO	SP	03/2016	122.140.267	5.675.703	13.572.055	40.823.144	41.304.561	36.050	20.728.753
ITAU	10.069	b1	C	2		199	SAO PAULO	SP	03/2016	292.563.355	3.908.415	15.936.814	53.377.746	75.427.850	64.386	143.848.144
BTG PACTUAL	49.944	b1	C	2		199	RIO DE JANEIRO	RJ	03/2016	37.880.631	3.000.040	144.624	1.345.599	3.109.671	0	30.280.698
CITIBANK	30.403	b1	C	3		199	SAO PAULO	SP	03/2016	15.271.414	2.067.489	1.142.010	1.167.380	10.894.451	83	0
ORIGINAL	51.781	b1	C	2		199	SAO PAULO	SP	03/2016	3.477.960	1.554.656	328.643	1.010.472	577.786	6.403	0

Posição do estoque de crédito PJ das IF's em 03/2016 – Fonte: IFDATA/BACEN (<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/#!>)

Instituição financeira	Código	TCB	TD	TC	SR	Segmento	Cidade	UF	Data	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Micro	Pequena	Média	Grande	Indisponível	Total não Individualizado Pessoa Jurídica	Total Exterior Pessoa Jurídica
BRADESCO	10.045	b1	C	2	S1	199	OSASCO	SP	06/2018	259.362.970	26.452.663	23.016.231	50.440.727	65.089.434	0	9.552	94.354.363
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	33.657.248	b4	I	1	S2	4	RIO DE JANEIRO	RJ	06/2018	298.903.564	17.039.068	1.430.794	3.603.453	276.830.250	0	0	0
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	360.305	b1	I	1	S1	6	BRASILIA	DF	06/2018	163.774.582	9.876.765	18.620.084	27.433.005	107.842.269	0	2.459	0
BB	49.906	b1	C	1	S1	199	BRASILIA	DF	06/2018	296.843.284	3.887.436	24.765.877	46.588.466	186.992.623	0	1.263	34.607.618
SANTANDER	30.379	b1	C	3	S1	199	SAO PAULO	SP	06/2018	120.041.024	3.355.838	14.468.422	37.397.621	48.236.668	0	5.054	16.577.420
ITAU	10.069	b1	C	2	S1	199	SAO PAULO	SP	06/2018	283.565.095	2.348.439	13.761.605	42.795.515	64.234.388	0	10.217	160.414.930
ORIGINAL	51.781	b1	C	2	S3	199	SAO PAULO	SP	06/2018	3.696.649	2.005.451	241.813	793.135	613.000	0	449	42.801

Posição do estoque de crédito PJ das IF's em 06/2018 – Fonte: IFDATA/BACEN (<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/#!>)

<https://exame.com/negocios/nao-cresceremos-em-credito-como-crescamos-diz-presidente-da-caixa/>

Outro artifício utilizado pela direção da Caixa nomeada em 2016, foi atacar direitos trabalhistas, como o plano de saúde e de previdência dos trabalhadores.

Uma alteração no estatuto do banco, realizada em 14/12/2017, restringindo a cobertura do banco ao plano de saúde dos empregados, resultou em um “desreconhecimento” de obrigações atuariais, que inflou contabilmente em R\$ 5,2Bi o lucro da instituição naquele ano, com reflexos no capital da empresa.

A linha de utilizar a necessidade de capitalização para vender ativos rentáveis e atacar direitos dos trabalhadores manteve-se durante o governo Bolsonaro. Já na posse de Pedro Guimarães, indicado pelo governo para a presidência da Caixa, foi estabelecido o padrão de discurso que atacava as gestões dos governos anteriores, e propunha o desmonte como caminho para o futuro. Uma das declarações mais marcantes dizia respeito à uma suposta dívida da Caixa com o tesouro, que seria de mais de R\$ 40 bi.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/07/caixa-vai-abrir-capital-de-subsidiarias-para-pagar-divida-de-r-40-bi-ao-governo-diz-quimaraes.ghtml>

Desta forma, usando a falácia de chamar de dívida os IHCD's (que ampliaram o capital da Caixa desde 2007, e possibilitaram que fossem executadas políticas como o Minha Casa, Minha Vida, Caixa Melhor Crédito, financiamento de obras de saneamento e infraestrutura, e a ampliação da participação de mercado do banco público) renovou-se a narrativa que tentava dar ar técnico a decisões questionáveis, do ponto de vista empresarial, como vender ativos rentáveis da empresa e manter a política de restrição na concessão de crédito. Além disso, era mantida a tentativa de criminalizar os atos de dirigentes do governo petista, e, internamente, de tentar transferir a eles responsabilidade pelos ataques perpetrados ao plano de saúde e de previdência dos empregados, que ficaram o tempo todo sob a mira do governo Bolsonaro.

A verdade é que o governo esperava resolver seus problemas fiscais com as privatizações das subsidiárias e retirando os direitos trabalhistas dos funcionários do banco. Para o mercado, uma externalidade positiva deste plano do governo Bolsonaro era ganhar com a compra destes ativos, e precisar se preocupar com a concorrência dos bancos públicos na disputa de mercado, já que eles ficariam muito enfraquecidos. As entidades representativas dos empregados enfrentaram a direção do banco e o governo, combatendo a venda das subsidiárias, esclarecendo a natureza dos IHCD's e os impactos de sua devolução, e lutando para preservar os direitos dos trabalhadores, em especial os relacionados ao plano de Saúde (Saúde Caixa) e Funcef (fundo de pensão).

<https://www.apcefsp.org.br/noticias/a-caixa-e-mesmo-devedora-da-uniao-saiba-mais>

<https://www.apcefsp.org.br/conselho-de-administracao/caixa-devolucao-de-ihcd-divida-ou-investimento>

<https://www.apcefsp.org.br/comite-nacional-em-defesa-das-empresas-publicas/saiba-porque-os-ihcds-sao-tao-importantes-para-a-caixa-e-o-pais>

<https://www.apcefsp.org.br/caixa-100-publica/promessa-de-devolucao-de-ihcd-feita-pela-caixa-e-equivocada-e-prejudica-financas-do-banco-publico>

Em 2021, o TCU (Acórdão 56/2021) entendeu que as IHCD's não estavam de acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e solicitou um cronograma de devolução dos valores por parte dos bancos públicos. Importante ressaltar que os contratos tenham sido firmados com autorização do próprio TCU, Banco Central e AGU além de todos os órgãos de fiscalização.

Há um alto risco em relação à liquidez da Caixa ao determinar a devolução dos valores. Os IHCDs possuem cláusulas de perpetuidade com obrigação de pagamento juros e não de seu valor principal, o que tem impacto na composição de capital e por consequência no lastro de operações de crédito oferecidas pela Caixa. Vale inclusive questionar a segurança jurídica desta opção. Vale lembrar que nos últimos 4 anos, 11Bi foram devolvidos. A devolução compromete com 1/4 do patrimônio líquido do banco (divulgação do 3TRI22 de 122Bi) e o cronograma apresentado afeta 2023, 2025 e 2026 e se referem aos contratos menos onerosos, ou seja, os com menor custo para a Caixa. Destaca-se que é o período equivalente ao próximo mandato inteiro e caso isso ocorra, o governo não poderá contar com a Caixa.

A decisão do TCU reforça a visão de enfraquecimento dos bancos públicos e a intenção de privatização das empresas públicas. Trata-se de uma decisão voltada possibilitar a venda de subsidiárias da Caixa. Este fato está em consonância com um governo que não priorizou políticas sociais. É possível perceber um modelo de enfraquecimento para o novo governo que coloca o povo no orçamento.

É nítido o novo momento do país e o governo precisa de uma Caixa forte capaz de atuar em prol das políticas públicas. A reversão desta decisão, seja por

um modelo compensatório, seja por uma revisão de cronograma que não comprometa a saúde financeira da Caixa é fundamental. As entidades não se calarão e estão na busca de apoio do parlamento para em todas as instâncias, desarmar a bomba que tem por intenção implodir a capacidade de apoio da Caixa ao novo governo.

II - Pontos de atenção: custos

- Cabe ressaltar, ainda, que a Caixa restringiu o acesso a diversas linhas de crédito e vem atuando de forma agressiva na captação de recurso de poupança e LCI em busca de gerar funding e adequar-se o orçamento do ano de 2022.
- Ao longo do ano houve direcionamento de recursos para fundos, o que provocou uma perda grande nessas duas modalidades de investimento, tendo inclusive metas negativas em poupança.
- O orçamento previsto de R\$ 892 BI para sua carteira de crédito já ultrapassou R\$ 994 BI. As expectativas dão conta de a Caixa terminar 2022 em R\$ 1.28 TRI.
- A desaceleração nas contratações é um sintoma dado que a falta de dotação para operações comerciais e habitacionais tem sido recorrentes. Mudanças na concessão habitacional como a limitação de um contrato por CPF e valor máximo de R\$ 1.5 milhão de financiamento são parte desse cenário. Empréstimos concedidos para clientes com Rating A e várias modalidades de crédito fechadas.
- A Caixa saiu do planejamento traçado para atender as demandas do governo em relação aos empréstimos do Consignado Auxílio Brasil (foi o único banco a conceder esta modalidade de empréstimo). Muitos foi direcionado ao Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) que também inflou a carteira de crédito. O índice de liquidez de curto prazo da Caixa caiu de 295,6% para 176% no prazo de um ano.
- A queda brusca nas ações das construtoras, em 05 de dezembro de 2022, tem relação direta com a divulgação de que a Caixa fará reduções na concessão do crédito imobiliário.
- De janeiro a outubro, deste ano, a Caixa concedeu R\$ 8,1 bilhões ao mês nas operações de crédito habitacional. Com o corte divulgado, novembro e dezembro contam com apenas R\$ 5,5 bilhões por mês, uma redução de cerca de 30%. O foco na elevação dos custos das captações vem gerando especulação. A redução de funding disponível para contratação de novos financiamentos habitacionais com pagamento mais elevado dos aplicadores torna questionável a sustentabilidade das operações e pode impactar no resultado financeiro da empresa. E ao que se percebe com relação ao mercado de construção civil, o impacto não se restringe à Caixa

III – Imagem em Risco

Além das questões relacionadas diretamente quanto ao capital, segundo o site Metrôpoles, fontes da KPMG, responsável pela auditoria externa da Caixa, informaram que pode ser incluída ressalva no balanço do banco para 2022.

Ressalva motivadas por suspeitas de aprovação de operações sem a devida análise de áreas técnicas, indicando possíveis irregularidades na gestão. O site informa ainda que auditoria externa deve fazer uma nova checagem que deve contar com um escritório de advocacia privado para a investigação dos casos de assédios e o impedimento de atuação por parte da atual gestão para minimizar os problemas da gestão do Pedro Guimarães.

Políticas de assédio e medo devem ser combatidas, inclusive com relação aos gestores que atuaram através desse modelo para desconstruir a Caixa e seus empregados. Não há espaço para gestores que se utilizam de assédio moral e sexual para desestabilizar e adoecer pessoas e com isso destruir carreiras.

IV- Questão de transparência

Em consonância com a linha mestra de expectativa corporativa da atuação da Caixa, promover por meio de comitê independente a análise e reposicionamento do espaço físico dos imóveis próprios e em locação.

Muito se falou na “utilização desproporcional” de imóveis na gestão PG, mas de ordem prática faltou transparência nas medidas tomadas.

Como exemplo de que as ações tomadas pela presidência da Caixa durante o governo Bolsonaro, com o pretexto de modernizar a empresa, não apenas foram ineficazes como também criaram caos e descontrole administrativo, citamos a gestão do espaço físico da Caixa.

No início do governo, o ex-presidente do banco, Pedro Guimarães anunciou que iria devolver prédios locados pela Caixa, onde funcionavam unidades consideradas áreas-meio e que compõem a matriz do banco para reduzir despesas administrativas e aumentar a eficiência operacional. O número de prédios locados, em janeiro de 2019, era de 248, e a expectativa da alta administração do banco era passar para 86 locais, até dezembro de 2021.

Prédios Administrativos

Quantidade



Fonte: Apresentação de Resultados Caixa, 4T21, página 54 (disponível em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/fb86b0b8-b4e9-407b-a575-ba3668a566a9/a098a3e2-dd86-a00a-d0b2-c1509ac510c7?origin=1>)

A redução do número de prédios observada não foi acompanhada pela queda na rubrica de despesas com aluguéis e arrendamento de bens, como podemos constatar nas próprias demonstrações financeiras da instituição:

Valor em R\$ milhões	4T21	3T21	Δ%	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
Estruturais	1.260	1.147	9,8	1.275	-1,2	4.644	4.713	-1,5
Manutenção e Conserv. de Bens	248	220	12,9	264	-6,0	892	1.039	-14,2
Aluguel e Arrendamento de Bens	415	402	3,2	372	11,7	1.601	1.491	7,4
Vigilância e Segurança	270	223	21,3	299	-9,4	947	1.036	-8,6
Comunicações	171	150	13,9	182	-6,0	576	581	-0,9
Material	21	32	-32,9	41	-47,4	130	118	10,1
Água e Energia	134	120	11,4	118	13,6	498	448	11,3
Outras	1.995	1.798	11,0	2.240	-10,9	7.210	7.326	-1,6
Processamento de Dados	608	463	31,5	566	7,5	1.848	1.881	-1,7
Serviços de Terceiros	282	240	17,5	235	20,0	1.006	991	1,5
Serviços de Transporte de Valores	187	188	-0,9	385	-51,6	783	1.102	-28,9
Amortizações / Depreciações	392	465	-15,7	505	-22,4	1.815	1.591	14,1
Propaganda, Publicidade e Promoções	167	68	144,2	168	-0,4	311	279	11,5
Serviços Especializados	165	168	-2,3	191	-13,7	673	638	5,5
Sistema Financeiro	104	93	12,2	116	-10,1	400	563	-28,9
Outros	91	112	-19,1	75	21,6	373	281	32,8
Outras Despesas Administrativas	3.255	2.945	10,5	3.515	-7,4	11.854	12.039	-1,5

Fonte: Relatório de Análise de Desempenho da Caixa, 4T21, página 18 (disponível em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/fb86b0b8-b4e9-407b-a575-ba3668a566a9/0c248d69-4a04-b834-51dd-07a8fb8a3771?origin=1>)

Valor em R\$ milhões	4T19	3T19	Δ% Trim	4T18	Δ% 12M	2019	2018	Δ% 12M
Estruturais	1.174	1.109	5,8	1.160	1,2	4.493	4.458	0,8
Manutenção e Conserv. de Bens	258	249	3,8	243	6,4	959	975	-1,6
Aluguel e Arrendamento de Bens	378	374	1,1	375	0,8	1.509	1.482	1,8
Vigilância e Segurança	240	229	5,2	226	6,3	921	889	3,7
Comunicações	126	114	10,4	141	-11,0	477	494	-3,6
Material	13	29	-55,1	30	-56,8	103	138	-25,7
Água, Energia	159	115	37,9	145	9,2	524	480	9,3
Outras	2.039	1.677	21,6	2.145	-5,0	7.034	7.511	-6,3
Processamento de Dados	425	364	16,7	472	-10,0	1.691	1.641	3,0
Serviços de Terceiros	517	437	18,2	461	12,1	1.825	1.790	2,0
Amortizações / Depreciações	351	390	-10,1	477	-26,6	1.551	1.803	-13,9
Propag. e Publicidade, Promoções	147	49	203,3	284	-48,0	213	663	-67,8
Serviços Especializados	159	177	-10,3	201	-21,0	598	618	-3,2
Sistema Financeiro	140	152	-8,2	140	-0,2	570	560	1,8
Outros	301	108	179,3	110	172,7	586	437	34,0
Outras Despesas Administrativas	3.212	2.786	15,3	3.305	-2,8	11.527	11.969	-3,7

Fonte: Relatório de Análise de Desempenho da Caixa, 4T19, página 20 (disponível em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/fb86b0b8-b4e9-407b-a575-ba3668a566a9/ba3da89e-dd87-25cc-17f4-87c1be9643d1?origin=1>)

Comparando os exercícios financeiros da Caixa de 2021 e 2019, primeiro e último completos no governo Bolsonaro, sob a gestão de Pedro Guimarães, notamos que, apesar da devolução de 162 prédios, houve um aumento na despesa de aluguel e arrendamento (ao contrário do que ocorreu em outras instituições financeiras, neste mesmo período).

Na prática, o único efeito desta política de Guimarães/Guedes/Bolsonaro foi desestruturar a atuação do banco e piorar as condições de trabalho dos empregados, como foi fartamente denunciado pelas entidades representativas dos bancários da Caixa. A situação chegou ao ponto em que empregados precisaram da intervenção das entidades para que a empresa fornecesse uma mesa, cadeira e computador para que pudessem realizar seu trabalho nas dependências da instituição.

<https://www.apcefsp.org.br/noticias/nao-tivemos-tempo-de-pegar-nossos-pertence>

<https://www.apcefsp.org.br/caixa-100-publica/gestao-pedro-quimaraes-comemora-devolucao-de-imoveis-mas-se-cala-sobre-aumento-na-despesa-de-alugueis>

<https://www.apcefsp.org.br/noticias/caixa-devolve-predios-deixa-empregados-sem-local-de-trabalho-mas-despesas-aumentam>

<https://www.apcefsp.org.br/noticias/administracao-de-pedro-guimaraes-avalia-que-empregados-de-areas-meio-trabalhem-nas-agencias>

Além disso, a falta de planejamento da decisão trouxe reflexos financeiros à Caixa. Em um dos exemplos, o banco rescindiu a locação de um prédio na capital paulista que abrigava quase 800 empregados, distribuídos entre seis departamentos, que se mudaram para outro prédio, recém-locado, na avenida Paulista. Menos de seis meses após a mudança, sob a alegação de falta de espaço, estas áreas foram transferidas novamente para o prédio que havia sido devolvido, e o banco realizou uma reforma emergencial, “à toque de caixa”, para adequar o espaço e receber novamente os empregados e as áreas que haviam se mudado para o prédio da paulista. Tudo isso gerou custos enormes para a Caixa.

IV – Um Perfil para a CAIXA

O Brasil passa por um momento no qual a pauta do feminino se tornou uma das grandes forças nas eleições. A exemplo temos a candidata Simone Tebet que cresceu muito em sua candidatura porque abraçou este tema. Se pensarmos que temos um passado recente para o início das conquistas trabalhistas na luta feminina, vemos que a história tem um débito com as mulheres.

A Caixa, com o simbolismo de ser uma palavra feminina, deve trazer a representação de empresa mãe. Aquela que recebeu os filhos desta nação durante a pandemia, da mãe que recebe o bolsa família e daquela que recebe as chaves da casa própria nos programas habitacionais. Não basta um projeto de espaços específicos para o atendimento e acolhimento de mulheres quando no fundo precisamos compreender sobre este universo de forma genuína.

Na Caixa, um grande problema é recuperar a autoestima do corpo funcional, em especial com relação às mulheres.

Entendemos que nesta Gestão da Caixa não se pode admitir a permanência e muito menos o retorno de gestores e dirigentes que se utilizaram dos seus cargos e comissões na empresa para promover a destruição da empresa e gerar medo e o adoecimento dos seus empregados e empregadas, por ação ou omissão. Os assédios e constrangimentos sofridos são uma lição do que não se deve tolerar nunca mais.

A empresa viveu um período da escalada do assédio moral em todo os níveis. Ganhamos as páginas dos jornais com os assédios sexuais vindos da alta cúpula da empresa. As mulheres ficaram marcadas profissionalmente e emocionalmente.

Como dar acolhimento a mulheres vulneráveis se as funcionárias desta empresa ainda não foram acolhidas?

Este é o momento de acolher todas aquelas mulheres corajosas que procuraram o MP para denúncias! É o momento de mostrar que a empresa não tolera mais o machismo estrutural e que a Caixa e todas as representações de empregados e empregadas estão em união para construir uma nova cultura, que faça jus ao caráter humanista da história da Caixa desde sua fundação.

Quanto ao cargo mais emblemático da empresa, é necessário que seja uma pessoa comprometida com esta causa, que traga a sensibilidade nas relações interpessoais de volta, assim como o respeito mútuo entre gestores/as e subordinados/as. Mais! Que traga a paridade de gênero na alta gestão.

A questão da política pública de fortalecer as mulheres no nosso país precisa de acompanhamento de quem conhece a realidade feminina.

Essa pessoa precisa conhecer profundamente a empresa e ter a capacidade de reconstruir os laços afetivos que unem o corpo funcional e a missão da Caixa. Tenha capacidade técnica para termos uma Caixa que concilie as transformações digitais e a prestação do melhor serviço à população. Que dialogue com empregados e entidades. Que mantenha as portas sempre abertas para a escuta das representações, que sabem os problemas que enfrentam suas bases. O retorno da gestão de pessoas é inegociável. Nenhuma melhoria pode ser feita sem uma área que cuide dos seus 87.121 funcionários.

O exaustivo combate às adversidades enfrentadas pela Caixa por conta da gestão equivocada e contrária aos interesses públicos, credenciam as entidades representativas de seus empregados a contribuir com a construção desta empresa. Ela tem o dever de ser cidadã, saudável e respeitada por suas políticas públicas.

Nossa intenção é acompanhar de perto a gestão lembrando o compromisso com a dignidade e estatura necessária em conduzir esta importante instituição em seu papel na inclusão social do país.

Nos colocamos aqui!

Estamos à disposição para a construção coletiva que deseja uma Caixa melhor para quem trabalha nela e, também, para o Brasil.

Anexo

Propostas para discussão com a Equipe de Transição de Governo

1 - EIXO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA

Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV

- Retomar o MCMV, com meta de contratar 3,5 milhões de unidades habitacionais de 2023 a 2026
 - Subsídios do Programa provenientes de três fontes principais:
 - FGTS, que terá melhoria do fluxo e resultado decorrentes da diminuição do desemprego
 - Direcionamento de recursos da LOTEX e SPORTBETTING como fonte para subsídios vinculados à habitação popular¹
 - Recursos do Tesouro Nacional

Programa de apoio às MPE

- Oferecer apoio às micro e pequenas empresas, com serviços e produtos de crédito a taxas adequadas, favorecendo o ambiente de negócios e induzindo a redução dos spreads bancários

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Saneamento, Infraestrutura e Mobilidade Urbana

- Apoiar a estruturação/elaboração de projetos e construção de obras de saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana de estados e municípios, por meio da disponibilização de equipes multidisciplinares, recursos materiais e financeiros (OGU, FGTS, FINISA e outros)
- Atuar em conjunto com o BNDES para estimular investimentos privados com a estruturação de concessões e PPP
- Financiar e estruturar garantias dos projetos apresentados com recursos próprios, do FGTS e do Fundo Garantidor de PPP

¹- A operação da Raspadinha pela CAIXA foi suspensa pelo Ministério da Fazenda em 2016, tendo sido programada uma parceria entre a CAIXA e um agente privado para alavancar a exploração desses jogos. No entanto, houve mudança do entendimento do Ministério da Fazenda, que impediu a CAIXA de participar do processo de concessão. Após duas tentativas frustradas de concessão da exploração desse jogo, então denominado LOTEX, um grupo econômico ítalo-americano arrematou a LOTEX pelo preço mínimo, de R\$ 818 milhões, em outubro de 2019. Em outubro de 2020, o grupo desistiu da concessão. A LOTEX tem o potencial de abarcar 50% do mercado de jogos, que atualmente estima-se em cerca de 27 bilhões. Isso faz com que, se implementada mediante autorização direta à CAIXA, possa ser uma fonte relevante de recursos, tanto para financiar subsídios aos programas habitacionais do governo como para gerar arrecadação de impostos.

Apoio aos Municípios e desenvolvimento regional

- Promover o apoio técnico e financeiro aos municípios na execução das obras e políticas públicas da União junto aos Municípios;
- Prestar assessoria técnica e financiamento na elaboração e execução de projetos para resolução dos problemas urbanos locais ou intermunicipais (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões).

2 - EIXO REDUÇÃO DA POBREZA, CIDADANIA, MEIO AMBIENTE E CULTURA

Programa cidadania financeira

- Avançar na simplificação e digitalização dos programas de transferência de renda, consolidando a bancarização e inclusão econômica dos cidadãos
- Atuar em parceria com o BNB na expansão da oferta de Microcrédito orientado em escala nacional

Programa socioambiental

- Alocar recursos do Fundo de Responsabilidade Socioambiental da CAIXA em:
 - Reciclagem e tratamento de lixo (apoio às cooperativas de catadores)
 - Iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas
 - Projetos envolvendo compensação ambiental via monetização
 - Promoção de projetos culturais

3 - EIXO ORGANIZACIONAL, MODELO DE GESTÃO, PESSOAS E TIC

- Diminuir o déficit de pessoal e a sobrecarga de trabalho nas agências
- Melhorar o clima organizacional, desgastado em função da gestão assediadora
- Reposicionamento das pessoas por meio de processo seletivo interno
- Estruturar um modelo de supervisão eficiente da Funcef
- Implementar melhorias de gestão no Saúde CAIXA, garantindo sua atratividade ao empregado, sustentabilidade e nível de serviço adequado ao plano de saúde
- Contratar profissionais especializados em TIC (cibersegurança, gestão de dados, desenvolvimento de software, web design, desenvolvimento de aplicações, administração de redes etc.) de modo a suprir o déficit de capacidade nessa área estratégica para a empresa
- Realizar investimentos em TIC, atualizando parque computacional e de ATMs
- Investir no desenvolvimento de sistemas utilizando métodos ágeis em sua estruturação, focando em ganhos de eficiência e na digitalização dos processos

- Redimensionar a estrutura organizacional e rever o modelo de gestão, considerando as prioridades de governo e o novo planejamento estratégico
- Eleição de metade dos conselheiros de administração pelos trabalhadores.

Para a realização efetiva da agenda prioritária proposta, serão necessárias algumas ações específicas na empresa, envolvendo alterações no seu planejamento estratégico, no modelo organizacional e de gestão, bem como investimentos na área de tecnologia da informação e ações na área de pessoas, de modo a induzir a melhoria do clima organizacional, desgastado em função da gestão assediadora. As principais ações administrativas previstas estão listadas no anexo deste documento.

Quanto ao Conglomerado CAIXA (CAIXA Seguridade, CAIXAPAR, CAIXA Cartões, CAIXA DTVM, CAIXA Loterias, CAIXA DTVM), entendemos que caberá uma reavaliação geral de sua operação e organização, de modo a verificar sua conformidade e economicidade.

Especificamente em relação às novas Loterias (Raspadinha e Sportbetting), que seriam fontes para os subsídios no âmbito do MCMV, consideramos importante a viabilização tempestiva das outorgas de operação dos referidos jogos para a CAIXA, de modo que os jogos sejam lançados até o fim de 2023, gerando recursos para subsídios ao MCMV e incremento na arrecadação de impostos a partir de 2024.

Como agenda externa à CAIXA, mas com reflexos sobre ela, importa salientar que seria muito oportuno, a exemplo da experiência internacional, promover a melhoria da Lei das Estatais, com a ampliação do número de representantes eleitos pelos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, de modo a democratizar cada vez mais a gestão. Vale destacar que essa agenda também pode se estender às empresas privadas.

Defendemos a CAIXA pública, atuando como braço do governo na distribuição de políticas públicas, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na reconstrução de nosso País.